

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.632.431 - SP (2016/0273075-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : MARIA APPARECIDA LISBOA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : EGILEIDE CUNHA ARAÚJO E OUTRO(S) - SP266218**  
**RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**  
**PROCURADOR : DANILO ALBUQUERQUE DIAS E OUTRO(S) - SP271201**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Maria Aparecida Lisboa de Oliveira, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 467):

APELAÇÃO Ação ordinária Filha viúva dependente economicamente de genitor falecido, ex servidor público estadual - Instituição de pensão por morte - Improcedência, reconhecida a prescrição do fundo de direito Pretensão de inversão do julgamento - Impossibilidade - Prescrição, de fato, caracterizada - Ação ajuizada mais de cinco anos após o falecimento do instituidor Aplicação do princípio da actio nata - Não provimento do recurso.

Os embargos de declaração opostos pela insurgente foram rejeitados (e-STJ, fls. 492-495).

Sustenta a recorrente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto nos arts. 458, I e II, 535, II, do CPC/1973 e 93, IX, da Constituição Federal.

Assevera que a decisão colegiada foi omissa em apreciar o argumento de que se cuida de benefício de trato sucessivo, que apenas foi negado administrativamente em 2011, enquanto a propositura da ação ocorreu em 2014.

Haveria omissão também com relação à alegada necessidade de produção probatória, o que acarretaria cerceamento do direito de defesa.

Existiria omissão, ademais, na análise do art. 40, § 7º, da CF/1988.

Suscita, por fim, dissídio jurisprudencial no tocante à interpretação dos arts. 1º e 3º do Decreto n. 20.910/1932, utilizando como paradigma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 570-577, em que a recorrida alega: a) a ausência de prequestionamento; e b) a incidência das Súmulas 7 do STJ e 279 e 280 do STF. Faz ponderações ainda acerca da questão de fundo.

O recurso especial foi admitido (e-STJ, fl. 579) e encaminhado para esta Corte.

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de violação dos arts. 458, I e II, 535, II, do

# Superior Tribunal de Justiça

CPC/1973, porquanto o acórdão combatido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pelo recorrente.

Com efeito, a Corte de origem concluiu que a pretensão autoral estaria prescrita, uma vez que a ação foi proposta mais de 5 (cinco) anos depois da data do óbito do instituidor da pensão, em 1990, e da única pensionista habilitada, em 1993 (e-STJ, fls. 469-470):

No caso, o genitor da autora, indicado como instituidor da pensão, veio a falecer em 04 de fevereiro de 1990 e, portanto, neste momento passou a iniciar o prazo prescricional para o requerimento do benefício.

De outra parte, a única beneficiária habilitada da pensão, a genitora da autora, morreu no ano de 1993. Ou seja, também eventual pedido de manutenção da pensão em benefício da autora teria como início do prazo prescricional esta data.

Todavia, o presente pedido foi ajuizado somente no ano de 2014 e assim, diante da aplicação do princípio da *actio nata*, não há outra solução que não o reconhecimento da prescrição do fundo de direito.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1.211.307/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL JULGADA PROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVIDOS, PELA PARTE VENCIDA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO, CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E QUE, SENDO A RÉ, ORA AGRAVANTE, VENCIDA NA CAUSA, COMPETIA-LHE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL FOI ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 20 E 535 DO CPC/73, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois, na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, sob a égide do CPC/73, os Embargos de Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão, no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre as questões postas nos autos, adotando fundamentos suficientes para embasar a decisão, tal como ocorreu, in casu, em que a questão em torno da alegada aplicabilidade do princípio da causalidade foi decidida, pela Corte de origem. Com efeito, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Em igual sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008.

[...]

(AgInt no AREsp 1.060.570/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

Por outro lado, o recurso merece provimento no tocante à alínea "c" do permissivo constitucional.

Com efeito, observa-se ter ocorrido interpretação divergente entre o acórdão combatido e a decisão paradigma relativamente à interpretação do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 nos pedidos iniciais de pensionamento.

Enquanto o acórdão paradigma entendeu por prescrita a pretensão, em virtude do decurso de mais de 5 (cinco) anos entre o óbito do instituidor e da única pensionista habilitada, a decisão paradigma afastou a sua ocorrência, por considerar que a pretensão de recebimento de pensão previdenciária se sujeita apenas à prescrição quinquenal das parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da ação.

Merece prevalecer a decisão paradigma, porquanto a posição adotada pelo Tribunal de origem encontra-se em dissonância com a jurisprudência tanto da Suprema Corte quanto deste Tribunal, segundo a qual não ocorre prescrição de fundo de direito na hipótese de pretensão de concessão inicial de pensão por morte, por se tratar de direito fundamental do requerente.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. POSSIBILIDADE DE RATEIO DE PENSÃO POR MORTE ENTRE VIÚVA E COMPANHEIRA. OS PLEITOS PREVIDENCIÁRIOS ENVOLVEM

RELAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO E ATENDEM NECESSIDADES DE CARÁTER ALIMENTAR, RAZÃO PELA QUAL A PRETENSÃO À OBTENÇÃO DE UM BENEFÍCIO É IMPRESCRITÍVEL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA FUNAPE ACOLHIDOS PARA SANAR A OMISSÃO APONTADA, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 626.489/SE, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe 23.9.2014, com repercussão geral reconhecida, firmou entendimento de que o direito fundamental ao benefício previdenciário pode ser exercido a qualquer tempo, sem que se atribua consequência negativa à inércia do beneficiário, reconhecendo que inexistente prazo decadencial para a concessão inicial de benefício previdenciário.

2. De fato, o benefício previdenciário constitui direito fundamental da pessoa humana, dada a sua natureza alimentar, vinculada à preservação da vida. Por essa razão, não é admissível considerar extinto o direito à concessão do benefício pelo seu não exercício em tempo que se julga oportuno. A compreensão axiológica dos Direitos Fundamentais não cabe na estreiteza das regras do processo clássico, demandando largueza intelectual que lhes possa reconhecer a máxima efetividade possível. Portanto, no caso dos autos, afasta-se a prescrição de fundo de direito e aplica-se a quinquenal, exclusivamente em relação às prestações vencidas antes do ajuizamento da ação.

3. Não se pode admitir que o decurso do tempo legitime a violação de um direito fundamental. O reconhecimento da prescrição de fundo de direito à concessão de um benefício de caráter previdenciário excluirá seu beneficiário da proteção social, retirando-lhe o direito fundamental à previdência social, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana e da garantia constitucional do mínimo existencial.

4. Embargos de Declaração da FUNAPE acolhidos para sanar a omissão apontada, sem efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no AREsp 531.101/PE, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 5/2/2019, DJe 11/2/2019)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO PARA O REQUERIMENTO INICIAL DO BENEFÍCIO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

I - A matéria relativa à prescrição aplicável à pretensão voltada ao recebimento da pensão por morte de servidor público merece interpretação mais consentânea com a natureza de direito fundamental dos benefícios previdenciários, na linha do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, sob a sistemática da repercussão geral, no sentido de que "[o] direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexistente prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário" (RE 626.489, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, ACÓRDÃO

ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014).

II - Não se deve admitir que o simples decurso do tempo possa suprimir o exercício de um direito fundamental.

III - Agravo Interno provido para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no REsp 1.488.089/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 8/2/2019)

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES INATIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

SEXTA-PARTE. NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85 DO STJ.

1. A pretensão do recorrida é a implementação de uma vantagem pecuniária em suas complementações de aposentadorias e pensão. Trata-se de parcelas de trato sucessivo, onde a não concessão renova, mês a mês, a violação do suposto direito.

2. No caso da parcela denominada sexta-parte, vantagem não incorporada pela Administração, o ato omissivo renova-se mês a mês, caracterizando relação de trato sucessivo; na espécie, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas anteriormente aos cinco anos da propositura da ação, nos moldes da Súmula 85/STJ. Precedentes: AgRg no REsp 1.517.623/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 20.4.2015; AgRg no REsp 1.501.389/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26.2.2015; AgRg no AREsp 308.974/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4.8.2014.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.692.339/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/9/2017, DJe 10/10/2017)

ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO NÃO CONFIGURADA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85 DO STJ. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA CONTINUIDADE DO JULGAMENTO DA DEMANDA.

1. A pretensão da recorrente é a implementação de uma vantagem pecuniária em suas complementações de aposentadorias e pensão.

Trata-se de parcelas de trato sucessivo, onde a não concessão, renova, mês a mês, a violação do suposto direito.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, inexistindo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito reclamado, não ocorre a prescrição do chamado fundo de direito, mas tão somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, ficando caracterizada relação de trato sucessivo (Súmula 85/STJ).

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.517.623/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/4/2015, DJe 20/4/2015)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial, e nessa extensão, dou-lhe provimento para afastar a ocorrência da prescrição de fundo de direito, estabelecendo a prescrição apenas das parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação ou o pedido administrativo, caso existente.

Determino a devolução dos autos ao juízo de primeiro grau para, afastada a prejudicial de prescrição, realizar novo julgamento dos pedidos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

